



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE
COPEIRAGEM, PARA ATUAÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO E NA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA.**

PROCESSO Nº: 2016.01.600.105

CONTRATO Nº: FOS 1/2016

CONTRATANTE: O PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.476.100/0001-45, sediado na Rua Des. Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, Vitória/ES, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, na forma da Emenda Regimental nº 004/2015, publicada em 09 de dezembro de 2015, do Exmo. Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, por seu Secretário Geral, **MARCELO TAVARES DE ALBUQUERQUE**, CPF nº 031.978.767-25.

CONTRATADA: PERPHIL SERVIÇOS ESPECIAIS EIRELI, CNPJ nº 04.712.320/0001-25, estabelecida na Rua Machado, nº 491, Bairro Colégio Batista, Belo Horizonte/MG, CEP. 31.110-080, Telefone: (31) 3429-3429, e-mail: comercial@perphilservicos.com.br, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada seu Diretor, Sr. **FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA DE SOUZA TIMO**, portador da CI nº 35.065.914 SSP/SP e CPF nº 929.036.141-72.

Resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços, sob regime de execução indireta por empreitada por preço global, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Este contrato tem por objeto a **prestação de serviços de apoio administrativo na área de copeiragem, para atuação no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo e na Corregedoria Geral da Justiça**, conforme disposto no Anexo I do Edital do Pregão nº 109/16.

PARÁGRAFO ÚNICO - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes do Edital e seus anexos, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA em 01/12/2016 e dirigida ao CONTRATANTE e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE

Constituem-se obrigações do CONTRATANTE:

2.1 - A CONTRATANTE se obriga a exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma da Lei regente das licitações;

2.2 - Disponibilizar instalações sanitárias;

2.3 - Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para execução das atividades referentes ao objeto do Termo de Referência;

2.4 - Designar gestor para executar a fiscalização do Contrato.

2.5 - Exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:

2.5.1 Solicitar a imediata retirada do local e ou a substituição de profissional da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

2.5.2 Examinar as carteiras dos profissionais alocados nos postos de trabalho, para comprovar o registro de função profissional, valor do salário e o cumprimento das obrigações trabalhistas;

2.5.3 Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, às condições estabelecidas no Termo e à proposta de aplicação de sanções.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituir-se-ão deveres da Contratada, dentre outros relacionados neste instrumento contratual, no edital e no Termo de Referência respectivo:

3.1 - Fornecimento de uniforme adequado aos empregados, para uso quando em serviço, devidamente limpos e asseados com logomarca e nome da empresa (exceto os ternos), e crachá. No Apêndice I consta a composição de cada conjunto, com a quantidade e o tipo de funcionário que receberá cada conjunto, observando-se que:

3.1.1 - Para os garçons o fornecimento será de 02 (dois) conjuntos a cada 12 (doze) meses;

3.1.2 - para os demais funcionários o fornecimento será de 02 (dois) conjuntos de uniformes completos a cada 06 (seis) meses, por funcionário.

3.1.3 - A CONTRATADA deverá entregar o uniforme completo aos profissionais mediante recibo em duas vias, sendo que uma delas deverá ser entregue imediatamente ao gestor do contrato. O custo com uniformes não poderá ser repassado aos profissionais, assim como não poderá ser exigido o uniforme usado no momento da entrega dos novos;

3.2 - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

3.3 - Exercer constante fiscalização de seus empregados, orientando-os no sentido de observar todas as disposições e rotinas adotadas pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, substituindo, cuja presença seja inadequada, ou que não se coadunem com o interesse e a finalidade dos serviços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após comunicação feita pela Coordenadoria de Serviços Gerais.

3.4 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidente de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da contratação dos serviços;

3.5 - Assumir todos os possíveis danos, físicos ou materiais, causados ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;

3.6 - Assumir todos os encargos de uma possível demanda trabalhista, cível ou criminal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

3.7 - Responsabilizar-se pelo pagamento de danos materiais ou prejuízos de outra natureza causados por seus empregados no desempenho das atividades contratadas, em bens do Contratante ou de terceiros;

3.8 - A CONTRATADA deverá substituir o funcionário imediatamente, quando da ocorrência de faltas, justificadas ou não, férias, licenças, etc., evitando assim prejudicar o bom andamento dos serviços;

3.9 - Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, aqueles portadores de atestados de boa conduta, com as condições a seguir:

a) Possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

- b) Estar quite com as obrigações eleitorais;
- c) Estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para os profissionais do sexo masculino;
- d) Possuir aptidão física e mental para o exercício de suas atribuições;
- e) Apresentar certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos locais que tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal e Estadual;

3.9.1 - Para atender a demanda dos serviços, a CONTRATADA deverá profissionais com grau de escolaridade compatível com as atividades a serem desempenhadas, e qualificação mínima, devidamente comprovada:

a) Garçom:

- a.1)** Ensino médio completo;
- a.2)** Curso de garçom, realizado preferencialmente pelo Serviço Nacional do Comércio - SENAC ou por instituição devidamente habilitada e reconhecida, com duração mínima de 240 horas;
- a.3)** Possuir experiência comprovada de no mínimo **01 (um) ano**, preferencialmente, em hotéis, comprovada por meio de registro na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);

b) Copeira:

- b.1) Ensino fundamental completo;
- b.2) Possuir boas práticas de higiene do espaço físico e pessoal;
- b.3) Ter habilidade no manuseio dos equipamentos utilizados na atividade;
- b.4) Possuir experiência mínima de **06 (seis) meses**, comprovada por meio de registro na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);

c) Encarregado:

- c.1)** Ensino médio completo;
- c.2)** Possuir experiência mínima de **01 (um) ano** na função de encarregado(a) ou similar, comprovada por meio de registro na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);

3.10 - Manter a disciplina nos locais onde os serviços forem ser executados;

3.11 - Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma a obedecer previamente avençado, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;

3.12 - Nomear encarregado responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo no local de trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando orientação necessária aos executantes dos serviços. Este funcionário terá obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável da Administração pelo acompanhamento dos serviços, e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

3.13 - Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, conforme previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho vigente;

3.14 - Designar formalmente, quando da assinatura do contrato, preposto para representá-la, quando solicitado pelo gestor, durante a execução do contrato de prestação de serviços, com disponibilidade e pronto atendimento. Ao preposto, que deverá ter capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, de acordo com o art. 68 da Lei 8.666/93, compete entre outras atividades, proceder aos contatos com o Gestor do contrato (representante do CONTRATANTE), durante a execução do contrato, bem como prestar atendimento aos seus profissionais em serviço, tais como:



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

- a) Entrega de contracheques, auxílio-transporte, auxílio-alimentação;
- b) Acompanhar e controlar assinatura de folha de ponto;
- c) Fornecimento de uniforme;
- d) Desenvolver outras atividades administrativas de responsabilidade da CONTRATADA, principalmente quanto ao controle de informações relativas ao seu faturamento mensal e emissão de relatórios;
- e) Efetuar o controle dos horários de entrada e saída dos profissionais alocados nos postos de trabalho, acompanhando, diariamente, o correto preenchimento;
- f) Solucionar as demandas oriundas dos profissionais alocados na execução dos serviços.

3.15 - A CONTRATADA não poderá indicar como preposto profissional ocupante dos postos de trabalho;

3.16 - A CONTRATADA não poderá alocar para os postos de trabalho, inclusive para a função de preposto, profissionais que se enquadrem em alguma das seguintes condições em relação aos ocupantes de cargos de chefia, direção e assessoramento, ou de membros, servidores e terceirizados vinculados ao CONTRATANTE: cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

3.17 - Orientar os profissionais alocados nos postos de trabalho a:

- a) Evitar a formação de grupos de colegas, visitantes, colegas ou para conversas ou atividades alheias às tarefas a serem exercidas no posto de trabalho;
- b) Utilizar o telefone exclusivamente para o serviço;
- c) Portar em lugar visível o crachá de identificação confeccionado pelo CONTRATANTE;

3.18 - Apresentar ao CONTRATANTE o plano de férias dos profissionais alocados nos postos de trabalho, observada a necessidade de serviços do CONTRATANTE, no prazo de 60 (sessenta) dias antes do início das férias do profissional;

3.19 - A CONTRATADA deverá entregar, ao gestor do contrato, cópias dos comprovantes de pagamento de salário, da folha de pagamento e de fornecimento de auxílio-alimentação e auxílio-transporte aos profissionais, os quais deverão constar:

- a) Nome e matrícula do profissional;
- b) Data da entrega;
- c) Quantidade e o valor dos vales;
- d) Mês de competência;
- e) Assinatura do profissional atestando o recebimento.

3.20 - Entregar, ao CONTRATANTE, cópia do instrumento coletivo (acordo/convenção/dissídio) do Sindicato a que pertencerem os profissionais que serão alocados na execução do contrato:

- a) Quando da assinatura do Termo de Contrato;
- b) Anualmente;
- c) Sempre que houver alteração.

3.21 - Orientar os profissionais alocados na execução do contrato a cumprir as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

3.22 - Responsabilizar-se pelos materiais e equipamentos do CONTRATANTE, procedendo à imediata reposição ou conserto daqueles que forem danificados por uso inadequado.

3.23 - Apresentar todos os documentos necessários ao correto acompanhamento e fiscalização do contrato, devendo ser observada, em especial, a lista de documentos constante no Apêndice VII do termo de referência;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

3.24 - Admitir a retenção por parte da Administração nas faturas para a realização de pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

3.25 - Colaborar com a Administração, apresentando a documentação e realizando os procedimentos e rotinas necessárias à efetivação dos pagamentos a serem realizados nos casos do item 3.24;

3.26 - O pagamento dos salários dos empregados deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorrer a prestação dos serviços;

3.27 - A CONTRATANTE deverá viabilizar, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;

3.28 - A CONTRATADA deverá viabilizar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da prestação dos serviços e podendo ser prorrogado uma única vez, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;

3.29 - A CONTRATADA deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela Administração;

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

4.1 - A Contratante pagará à Contratada, mensalmente, o valor de **R\$ 61.695,00 (sessenta e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais)**, referentes aos serviços efetivamente prestados no mês anterior, após a apresentação da Nota Fiscal de Serviços, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato, desde que não haja fato impeditivo provocado pela Contratada.

4.1.1 - O valor total anual do contrato é de **R\$ 740.340,00 (setecentos e quarenta mil e trezentos e quarenta reais)**.

4.2 - O pagamento será efetuado de acordo com os serviços efetivamente prestados, comprovados pelos servidores responsáveis pela fiscalização proporcional ao atendimento das obrigações estabelecidas no **Acordo de Nível de Serviços - ANS (Apêndice VIII do Termo de Referência)**, que define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações do pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4.3 - Apresentar, mensalmente, a relação de documentos **necessários para liquidação da despesa**, conforme abaixo indicado, que depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis depois da respectiva apresentação:

4.3.1 - Documentos Fiscais:

- a. Notas Fiscais;
- b. Declaração de Adimplência;
- c. Certidões elencadas no item 1.2 (Podem ser substituídas pelo SICAF).

4.3.2 - Documentos Pessoais:

- a. Relação de pessoal efetivo, na forma do Apêndice VII-B;
- b. Cartões de ponto do período, devidamente assinado pelo empregado, devidamente analisados, capeados por **relatórios das inconsistências detectadas apontando o total de horas trabalhadas no mês;**
- c. Relação de substituição de empregado efetivos, constando data da ausência - nome do ausente - nome do substituto e motivo;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

- d. Folha de pagamento analítica, uma relação dos efetivos e outra relação dos substitutos;
- e. Contracheques, cópias devidamente assinadas dos efetivos e dos substitutos;
- f. Comprovante de pagamento de ticket refeição, relações separadas dos efetivos e substitutos;
- g. Comprovante de pagamento de cestas básicas, relações separadas de efetivos e substitutos;
- h. Comprovante de pagamento de vale transporte, relação separada de efetivos e substitutos.

4.3.3 - Encargos Trabalhistas/Previdenciários/Fiscais;

- a. SEFIP, RET e Protocolo de Conectividade;
- b. Guia de Recolhimento do FGTS;
- c. Guia de Recolhimento do INSS.

4.3 - Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) indicados no item 4.3, será solicitada a CONTRATANTE a imediata correção ficando estabelecido que o prazo de pagamento somente será contado a partir da regularização.

4.4 - No momento do pagamento da(s) fatura(s), o Setor responsável deverá realizar as retenções nas rubricas relativas a férias, 1/3 Constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidências dos encargos previdenciários e FGTS sobre tais rubricas, na forma do Art. 1º da Resolução CNJ n.º 169 de 31 de Janeiro de 2013.

4.4.1 - A movimentação dos valores retidos só poderá ocorrer nos casos e na forma estabelecida na Resolução CNJ n.º 169 de 31 de Janeiro de 2013 e atualizações.

4.5 - O pagamento referente ao valor da nota fiscal somente será feito por Ordem Bancária.

4.6 - O relatório de adimplemento de encargos deverá ser encaminhado com os elementos especificados no *caput* do Art. 1º da Lei n.º 5.383/1997.

4.7 - Pelo atraso injustificável no pagamento, o TJES pagará reajuste monetário com base no IGP-M e juros de mora à base de 1% (um por cento) ao mês.

4.8 - O pagamento será creditado em conta corrente bancária indicada na Nota Fiscal, devendo ficar explícitos o banco, agência, localidade e número da conta corrente.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

5.1 - A contratada faz jus à repactuação do contrato desde que transcorridos doze meses da data do orçamento a que a proposta se refere em razão da variação efetiva do custo de produção.

5.2 - A data do orçamento a que a proposta se refere corresponde à data-base da categoria profissional envolvida na execução do contrato, quando deve ocorrer acordo, convenção ou dissídio coletivo, em conformidade com as normas trabalhistas;

5.3 - A repactuação abrange todos os elementos de custos incidentes sobre a execução do contrato, ainda que não abrangidos por acordo, convenção ou dissídio coletivo, por efeito do que, até a próxima repactuação, a contratada não faz jus ao reajuste;

5.4 - Admite-se apenas uma repactuação dentro do período de um ano, ainda que o contrato envolva categorias profissionais diferentes, com datas-base diferentes, hipótese em que cabe à contratada optar pelo momento da repactuação.

5.5 - A contratada deve apresentar à Administração:

5.5.1 - Cópia autenticada do acordo, convenção ou dissídio coletivo vigente à época da celebração do contrato e do atual, que fundamenta o pedido de repactuação;

5.5.2 - Comprovantes acerca da variação de preços ocorrida em relação a outros elementos



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

de custo não abrangidos pelo acordo, convenção ou dissídio coletivo por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de repactuação do contrato;

5.5.3 - Planilha de preços comparativa e analítica que demonstre a efetiva variação de todos os elementos de custos do contrato;

5.6 - A Administração avaliará o pedido de repactuação;

5.7 - A Administração, reconhecendo o pedido de repactuação, deve realizar os pagamentos retroativos a contar da data-base da respectiva categoria e em relação a outros elementos de custo não abrangidos pelo acordo, convenção ou dissídio coletivo, a contar da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

CLÁUSULA SEXTA - DAS GARANTIAS

6.1 - A CONTRATADA prestará a garantia de execução deste Contrato, dentre as modalidades definidas no art. 56 §1º da Lei nº 8.666/93, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do total deste contrato, com validade até 3 (três) meses após o término da vigência contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contado da assinatura deste contrato.

6.1.1. a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

6.1.2. o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8666/1993;

6.1.3. o garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

6.2 - A garantia assegurará o pagamento de:

6.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

6.2.2. prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

6.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

6.2.4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

6.3 - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos subitens do item 6.2;

6.4 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco Banestes S/A, em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

6.5 - A garantia será considerada extinta:

6.5.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

6.5.2. após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

6.6 - O contratante não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

6.6.1. caso fortuito ou força maior;

6.6.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

6.6.3. descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

6.6.4. prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração;

6.7 - Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas no item 6.6.

6.8 - A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes desta contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da IN 02/2008 do MPOG.

6.9. Aplica-se ainda o disposto no inciso XIX do art. 19 da IN 02/2008 do MPOG no que se refere a extinção e não execução da garantia.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS

7.1 - PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, quando comprovadamente vantajosos para a Administração, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

I - os serviços tenham sido prestados regularmente;

II - a Administração mantenha interesse na realização do serviço;

III - o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

IV - a contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

7.2 - PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS: Para início dos serviços deverá ser expedida Ordem do Serviço pela Coordenadoria de Serviços Gerais do TJES, que poderá ser de forma parcial, dependendo da necessidade da Administração. A referida Coordenadoria será o setor responsável pela fiscalização e gerência do contrato, sendo que o prazo máximo para início dos serviços será de **05(cinco) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA OITAVA - DA NATUREZA DA DESPESA

8.1 - As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta de recursos próprios do TJES alocados nas Atividades **10.03.901.02.061.0614.6030**, Elementos de Despesa **3.3.90.37.05**, consignados no **Fundo Especial do Poder Judiciário - FUNEPJ**.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, de inexecução parcial ou de inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

9.1 - advertência, nos casos de pequenos descumprimentos do Termo de Referência, que não geram prejuízo ao TJES;

9.2 - multa de:

9.2.1 - 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor mensal do Contrato, por ocorrência notificada, nos casos de a CONTRATADA:

9.2.1.1	Permitir a presença de profissional não uniformizado, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, por Aplicada por profissional alocado e por ocorrência;
9.2.1.2	Deixar de Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus profissionais. Aplicada por profissional alocado e por dia;
9.2.1.3	Deixar de fornecer os uniformes. Aplicada por empregado e por dia;
9.2.1.4	Deixar de substituir o profissional que apresente conduta prejudicial, inconveniente ou insatisfatória a disciplina do Órgão; Deixar de pagar os salários, inclusive férias e 13º salário, vales-transporte e/ou vale refeição nas datas estipuladas, por ocorrência e por dia de atraso. Aplicada por funcionário e por dia;
9.2.1.5	Deixar de pagar os salários, inclusive férias e 13º salário, vales-transportes e/ou vale refeição nas datas estipuladas, por ocorrência e por dia de atraso. Aplicada por funcionário e por dia;
9.2.1.6	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas. Aplicada por ocorrência e por dia;

9.2.2 - 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor mensal adjudicado nos caso de a adjudicatária:

9.2.2.1	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização. Aplicada por serviço e por dia;
9.2.2.2	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador. Aplicada por ocorrência;
9.2.2.3	Deixar de efetuar a substituição de funcionários nas faltas justificadas ou não e/ou férias. Aplicada por funcionário e por dia;
9.2.2.4	Deixar de efetuar a reposição de funcionário faltoso, quando solicitado pelo CONTRATANTE . Aplicada por funcionário e por dia;
9.2.2.5	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador. Aplicada por item e por ocorrência.

9.3 - 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia sobre o valor mensal, no caso de atraso no início dos serviços, suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito.

9.4 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, por prazo não superior a dois anos;

9.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PÓDER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

9.6 - Impedimento de Licitar e Contratar com o estado do Espírito Santo, com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002, para aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.7 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

9.8 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.9 - As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente.

9.10 - A aplicação das multas previstas não exime a contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

9.11 - Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à contratada ou cobrados judicialmente.

9.12 - Será caracterizado como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com o estado do Espírito Santo, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.13 - A sanção de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, da abertura de Vista.

9.14 - As aplicações de penalidades deverão ser precedidas da concessão da oportunidade de ampla defesa para a CONTRATADA, na forma da lei.

9.15 - As penalidades previstas nesta cláusula obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/1999.

9.16 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

9.17 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

9.17.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o contratante deverá notificar a contratada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

9.17.2 A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta da contratada reputada como



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

9.17.3 O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento ou ciência da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;

9.17.4 A notificação será pessoal, com ciência nos autos, ou pelo correio, com aviso de recebimento (AR), quando devem ser juntados aos autos cópia da correspondência e do aviso de recebimento assinado;

9.17.5 A contratada comunicará ao contratante as mudanças de endereço ocorridas na vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

9.17.6 Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o contratante proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da contratada que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93.

9.18 - Qualquer descumprimento contratual será penalizado, salvo se as justificativas apresentadas pela contratada forem aceitas pela Administração, caso em que a CONTRATADA poderá ser advertida de que novas ocorrências poderão acarretar aplicação de penalidade. As penalidades aplicadas, assim como as possivelmente afastadas, em vista do teor da defesa apresentada deverão integrar os registros do contratado no Tribunal de Justiça.

9.19 - A aplicação de penalidades ao contratado cabe ao Secretário Geral do Tribunal de Justiça.

9.20 - A perda da regularidade fiscal ou trabalhista no curso do contato ensejará sua rescisão com aplicação das penalidades previstas para o caso de inexecução total ou parcial, passível, se for o caso, de execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à administração.

9.21 - Os atos administrativos de aplicação das sanções porventura aplicadas serão registrados no SICAF.

9.22 - Para efeito de aplicação de penalidades, a contagem dos prazos inicia-se a partir da data do recebimento, pelo licitante vencedor, da comunicação expedida pelo setor competente deste Órgão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidos neste contrato por parte da Contratada assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

10.2 - Ficará o presente contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos casos previstos no Art. 78 e 79 da Lei 8.666/93, em especial:

10.2.1 - Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação;

10.2.2 - Subcontratação do objeto deste contrato, associação da Contratada com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste contrato, sem a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

10.2.3 - Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, assim como a de seus superiores;

10.2.4 - Cometimento reiterado de falhas na execução do contrato, anotadas pela fiscalização do CONTRATANTE;

10.2.5 - Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

10.2.6 - Dissolução da empresa;

10.2.7 - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudiquem a execução deste contrato;

10.2.8 - Razões de relevante interesse público e amplo conhecimento;

10.2.9 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste contrato;

10.2.10 - Suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

10.2.11 - Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

10.2.12 - Não liberação por parte do CONTRATANTE de área, local ou equipamento para execução dos serviços, nos termos e prazos contratuais.

10.2.13 - Perda da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada no curso do contrato ou descumprimento das obrigações trabalhistas.

10.3 - Ficará o presente contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e ampla defesa, caso a empresa tenha entre seus empregados colocados à disposição da contratante para o exercício de função de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156 do CNJ.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro de Vitória-ES para dirimir as questões oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e convencionados, assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Vitória/ES, 19 de DEZEMBRO de 2016.

MARCELO TAVARES DE ALBUQUERQUE

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo
(Contratante)

Francisco José Oliveira de Souza Timo
FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA DE SOUZA TIMO

Perphil Serviços Especiais Eireli
(Contratada)

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

A U T O R I Z A Ç Ã O

Autorizo o CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte desta Empresa, até o momento da regularização.

EMPRESA: **PERPHIL SERVIÇOS ESPECIAIS EIRELI**

CNPJ: 04.712.320/0001-25

Francisco José Oliveira de Souza Timo
FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA DE SOUZA TIMO

Diretor
(CONTRATADA)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

A U T O R I Z A Ç Ã O

Autorizo o CONTRATANTE a abrir conta vinculada a este Contrato, aberta em nome desta Empresa em instituição bancária para depósito dos valores destacados do valor mensal do contrato referente às provisões realizadas para o pagamento do 13º salário, férias e abono de férias, adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa, bem como o impacto sobre férias e 13 salário, que ficarão bloqueados e só poderão ser movimentados mediante autorização do CONTRATANTE e exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

Autorizo também o CONTRATANTE a ter acesso aos saldos e extratos dos valores depositados na conta vinculada.

EMPRESA: PERPHIL SERVIÇOS ESPECIAIS EIRELI

CNPJ: 04.712.320/0001-25


FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA DE SOUZA TIMO
Diretor
(CONTRATADA)